

Títulos da dívida do Brasil sobem lá fora

CONSUELO DIEGUEZ

A cotação dos títulos da dívida externa brasileira (os DFAs) subiu ontem no mercado secundário internacional, com os papéis passando a ser negociados a 33% do valor de face, contra uma cotação de 32,3% na última sexta-feira e de 31% do início da semana passada. A subida está sendo atribuída a conclusão do *term-sheet*, o acordo de intenções entre o Brasil e os bancos credores privados, acertado no sábado, em Washington. Mesmo com a recuperação, considerada importante pelo mercado, a cotação dos títulos brasileiros ainda está bem abaixo dos 40 centavos de dólar que estavam sendo negociados antes do estouro da crise política, em maio.

O pessoal do mercado financeiro que acompanha a evolução dos títulos explica que a crise está sendo acompanhada com atenção no mercado internacional. As notícias sobre o aumento das chances do *impeachment* de Collor ser decidido através de voto aberto na Câmara também tiveram influência na cotação dos papéis.

As informações que chegaram da reunião do FMI aos bancos brasileiros também são positivas. Diretores de instituições financeiras disseram estar havendo boa vontade com o Brasil lá fora. Apesar dos problemas de curto prazo, os investidores consideram que o Brasil vem enfrentando bem a crise política.

Boa vontade — O economista Carlos Tadeu de Freitas considera um sinal dessa boa vontade o fato de o FMI estar dispo-

to a dar aval ao Brasil para o fechamento do acordo com os bancos, mesmo o país não tendo cumprido as metas econômicas acertadas com o organismo. Para Freitas, o mais importante para os bancos, nesse momento, é o fato de as reservas cambiais do país e os saldos comerciais serem bastante positivos, o que é a garantia de que o pagamento da dívida será honrados. Após aprovado pelo Senado cada credor irá escolher a forma que quer receber seus débitos de acordo com as opções de pagamento acertadas.

Alguns bancos brasileiros, porém, ainda não estão seguros de que os credores aceitarão o aval do FMI sem que haja o ajuste fiscal. A preocupação é de que o Brasil não tenha condições de depositar as garantias exigidas pelos credores, já que parte dos recursos será liberada pelo FMI somente depois do cumprimento das metas econômicas. O diretor da área externa do Banco Central, Armínio Fraga, admite que sem o cumprimento das metas o Fundo não liberará os recursos ao Brasil.

Apesar disso, o diretor de fundos do Chase Manhattan, Julius Buchenrode, acha que a definição do *term-sheet* terá um efeito de atrair novamente os investidores para o Brasil. Ele disse que a vinda de recursos externos para os fundos de ações administrados pelo Chase está na faixa de US\$ 1 milhão ao dia. O volume é inferior aos US\$ 2 milhões que estavam sendo destinados ao país.